

Ata Resumo da Reunião n.º 7/2021 – 23/06/2021

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1.** Aprovação da Ordem de Trabalhos;
- Ponto 2.** Aprovação da Ata e da Ata Resumo da última reunião;
- Ponto 3.** Informações do Conselho Diretivo. Entrada em vigor da Tabela do Regime Convencionado;
- Ponto 4.** Relatório e Contas de 2020. Elaboração do Parecer;
- Ponto 5.** Análise do processo de eleições do CGS;
- Ponto 6.** Inscrição dos CIT. Comparação entre os inscritos e os potencialmente abrangidos;
- Ponto 7.** Outros assuntos;
- Ponto 8.** Marcação da próxima reunião.

A Reunião foi realizada em regime de teleconferência com presença de 13 dos 14 Conselheiros em efetividade de funções, da Presidente e dos dois Vogais do Conselho Diretivo e do Fiscal Único.

Foram aprovados por unanimidade a Ordem de Trabalhos e a Ata e a Ata Resumo da reunião anterior.

Foi debatida a entrada em vigor da nova Tabela do Regime Convencionado, fixada para 1 de setembro de 2021. Tal data foi decidida a pedido de muitos prestadores de saúde, devido à necessidade de ajustar os sistemas informáticos e logísticos.

O Conselho Diretivo referiu estar a preparar algumas alterações pontuais *as Tabelas, que enviará ao CGS para conhecimento.

O CGS insistiu na preparação da entrada em vigor de novas Convenções com Prestadores de Saúde.

O CD referiu que o atraso na apresentação das Contas de 2020 é devida a serem apresentadas pela primeira vez no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. Foi também incluída no QUAR a autoavaliação dos Serviços, no Relatório de Atividades de 2020.

O CGS decidiu realizar 3 reuniões em Grupo de Trabalho para preparação do projeto de Parecer a discutir na próxima reunião.

O Conselho Diretivo informou que mantém como proposta o atual Regulamento Eleitoral, ficando a aguardar as contribuições do CGS, antes de aprovar a sua proposta de Regulamento Eleitoral a submeter às Tutelas.

Esta matéria foi objeto de discussão no CGS, que continuará na próxima reunião.

O CD fez o ponto de situação das inscrições dos CIT na ADSE, estando inscritos 93 047 trabalhadores, sendo 61 412 Beneficiários Titulares e 31 635 Familiares.

O CGS recebeu informação sobre as inscrições por entidade.

O período de inscrição foi alargado até 9 de setembro, face à pandemia.

Foi solicitada ao CD informação sobre as decisões tomadas perante reclamações de entidades não abrangidas pelo Alargamento, uma comparação entre os Beneficiários inscritos e os potencialmente abrangidos e ainda sobre o perfil dos novos Beneficiários, a média de idades e o tipo de consumos.

Foi debatida a situação dos recursos humanos, tendo o CD informado que dos 10 trabalhadores atribuídos à ADSE no concurso centralizado de 1000 técnicos superiores apenas 1he foram indicados 2, tendo 1 entrado e o outro desistido.

Neste quadro a ADSE tem de continuar a recorrer à contratualização de horas, já autorizada pelo Ministro das Finanças.

O CGS insistiu com o CD na análise da aceitação de segundas vias. Solicitou ao CD o aprofundamento de alternativas à entrega online de documentos, perante o facto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA) ter decidido o fim da sua entrega em papel nas Lojas do Cidadão.

Foi ainda solicitada informação ao CD sobre o papel da ADSE nos Internamentos e em Cuidados Continuados.

A próxima reunião do CGS foi marcada para 21 de julho às 10 horas, em regime de teleconferência.